

REGIMENTO INTERNO DO  
CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO  
DO ESTADO DE ALAGOAS

Aprovado em Reunião Ordinária de 05 de julho de 1995  
Alterado em Reunião Ordinária de 12 de dezembro de 2001  
e em Reunião Ordinária de 13 de fevereiro de 2007.

CAPITULO I  
DA COMPOSIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º - O Conselho Estadual do Trabalho do Estado de Alagoas, instância colegiada de caráter permanente e deliberativo, observará os seguintes critérios de funcionamento conforme o que estabelece o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, previsto na Resolução nº 80 de 19 de abril de 1995 e alterado pela Resolução nº 262 de 30 de março de 2001.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual do Trabalho é considerado instância superior em relação às Comissões Municipais de Emprego, que a ele estarão vinculadas.

Art. 2º - O Conselho Estadual do Trabalho do Estado de Alagoas compõe-se de 12 (doze) membros, de forma tripartite e paritária, de igual número de trabalhadores, empregadores e governo, constituído pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
- II - Secretaria do Planejamento;
- III - Universidade Federal de Alagoas – UFAL;
- IV - Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- V - Força Sindical;
- VI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas – FETAG;
- VII - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA;
- VIII - Federação do Comércio do Estado de Alagoas – FECOMÉRCIO;
- IX - Federação da Agricultura do Estado de Alagoas;
- X - Delegacia Regional do Trabalho – DRT;
- XI - Câmara de Diretores Lojistas – CDL;
- XII - Sindicato dos Trabalhadores Urbanos no Estado de Alagoas.

Parágrafo 1º - Os Conselheiros e Suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades.

Parágrafo 2º - O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitindo uma recondução, observado o parágrafo 1º deste artigo.

Parágrafo 3º - As instituições, inclusive financeiras que interagem com o Conselho, poderão participar das reuniões, se convidadas, sendo facultado manifestar-se sobre os assuntos abordados, sem entretanto ter direito a voto.

Parágrafo 4º - As atividades desenvolvidas pelos Conselheiros, titulares ou suplentes, serão isentas de qualquer remuneração, pagamento, vantagens ou benefícios.

Art. 3º - A Presidência do Conselho será exercida em sistema de rodízio, entre as bancadas do Governo, dos Trabalhadores e dos Empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada à recondução para período consecutivo.

Parágrafo 1º - A eleição do Presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes do Conselho.

Parágrafo 2º - A Vice-presidência deve ser ocupada por outro membro da mesma bancada, eleito em chapa conjunta.

Parágrafo 3º - Em suas ausências e impedimentos eventuais, o Presidente do Conselho será substituído automaticamente por seu Vice.

Parágrafo 4º - No caso de vacância da presidência, será eleito um novo Presidente dentre os membros representativos da mesma bancada de conformidade com caput deste artigo.

Art. 4º - Competirá ao Conselho:

- a) aprovar seu Regimento Interno, observado os critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, nos termos da Resolução nº 262, de 30 de março de 2001;
- b) homologar o Regimento Interno das Comissões de Emprego, instituídas no âmbito municipal;
- c) subsidiar quando solicitado às deliberações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;
- d) propor à Secretaria de Estado das Relações de Trabalho, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado;
- e) articular-se com instituições públicas e privadas, inclusive acadêmicas e de pesquisa, com vistas à obtenção de subsídios para o aperfeiçoamento de suas ações do Programa Seguro Desemprego, executadas no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE e do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER;
- f) promover o intercâmbio de informações com outras comissões e Conselhos Estaduais, do DF, Microrregionais e Municipais de Trabalho e/ou Emprego, objetivando não apenas a integração do Sistema, mas também a obtenção de dados orientadores de suas ações;

- g) proceder o acompanhamento da utilização dos recursos destinados à execução das ações do Programa Seguro Desemprego e do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, no que se refere ao cumprimento dos critérios, de natureza técnica, definidos pelo CODEFAT;
- h) participar da elaboração do Plano de trabalho do Sistema Nacional de Emprego – SINE, em articulação com as Comissões Municipais instituídas, bem como proceder a sua aprovação e homologação, podendo propor alocação de recursos por área de atuação;
- i) aprovar mediante parecer, o relatório das atividades descentralizadas, executadas no âmbito do Sistema Nacional de Emprego;
- j) indicar, obrigatoriamente, à Secretaria Executiva do CODEFAT e às Instituições Financeiras, as áreas e setores prioritários para alocação de recursos no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda;
- k) avaliar a focalização das ações do PROGER, acompanhando os seus resultados e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo CODEFAT, com vistas à constante melhoria do desempenho do programa;
- l) articular-se com entidades da rede de educação profissional, conforme definido no parágrafo 1º da Resolução CODEFAT 258/00, visando estabelecer parcerias que maximizem o investimento do FAT em programas de qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, geração de emprego e renda e outras ações do sistema público de emprego;
- m) aprovar e homologar o Plano Estadual de Qualificação – PEQ/AL, articulando e definindo prioridades a partir das demandas das comissões municipais de emprego, conforme estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Resolução 258/00;
- n) manifestar-se quanto ao cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação técnica de entidades executoras de qualificação profissional, quando de sua contratação direta, por dispensa ou inegibilidade, conforme estabelecido no inciso V do artigo 5º e anexo I da Resolução CODEFAT 258/00;
- o) acompanhar a execução físico-financeira das ações do PEQ, em articulação com as comissões municipais de emprego, manifestando-se sobre a observância do objeto e o cumprimento de metas e cronograma do respectivo convênio.

Art. 5º - Compete ao Presidente do Conselho Estadual do Trabalho do Estado de Alagoas:

- a) presidir as reuniões plenárias, coordenar os debates, tomar votos e votar;
- b) emitir votos de qualidade nos casos de empate;
- c) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- d) requisitar às instituições que participam da gestão dos recursos transferidos para o programa SINE, o Programa de Qualificação Profissional – PEQ no Estado de Alagoas e do Programa de Geração de Emprego e Renda, bem como àquelas que participam do Conselho Estadual do Trabalho do Estado de Alagoas, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, controle e avaliação das atividades;
- e) expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições em nome do Conselho Estadual.

Art. 6º - Compete aos Conselheiros:

- a) participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;
- b) fornecer e requisitar ao Conselho Estadual do Trabalho do Estado de Alagoas, todas as informações e dados pertinentes ao programa SINE, ao Programa de Qualificação Profissional – PEQ e ao programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, a que tenham acesso ou se situem nas respectivas áreas de deliberações do Conselho ou quando solicitadas pelos demais Conselheiros;
- c) encaminhar quaisquer matérias que tenham interesse de submeter ao Conselho;
- d) requisitar à Presidência do Conselho Estadual do Trabalho e aos demais Conselheiros informações que julgarem relevantes para o desempenho de suas atribuições.

Art. 7º - A Secretaria Executiva do Conselho será exercida por técnico da Secretaria de Estado das Relações de Trabalho, indicado pelo Secretário, através de portaria, e no caso de Comissão Municipal, pelo órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego, na localidade, a ela cabendo a realização das tarefas técnicas e administrativas.

## CAPÍTULO II DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 8º - As reuniões ordinárias do Conselho Estadual do Trabalho do Estado de Alagoas serão realizadas no mínimo uma vez a cada mês, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sendo precedida de convocação de todos os seus membros.

Parágrafo 1º - Caso a reunião ordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho, qualquer membro poderá fazê-lo, desde que transcorridos 15 (quinze) dias do prazo previsto neste artigo.

Parágrafo 2º - As reuniões ordinárias do Conselho Estadual do Trabalho serão iniciadas com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros.

Art. 9º - As reuniões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo, por convocação do Presidente do Conselho ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo 1º - Para convocação de que se trata este artigo, é imprescindível a apresentação de comunicado ao Secretário Executivo do Conselho, acompanhado de justificativa.

Parágrafo 2º - Caberá ao Secretário Executivo a adoção de medidas necessárias à convocação da reunião extraordinária que se realizará no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do ato de convocação.

Art. 10º - As deliberações do Conselho Estadual do Trabalho – CET/AL deverão ser tomadas por maioria simples de votos, com “quorum” mínimo de metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente voto de qualidade.

Parágrafo 1º - As decisões normativas terão a forma de Resolução, numeradas de forma seqüencial e publicas no Diário Oficial.

Parágrafo 2º - É obrigatória a confecção de atas das reuniões, devendo as mesmas serem arquivadas na Secretaria Executiva, para efeito de consulta.

### CAPÍTULO III DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 11º - A Secretaria Executiva é unidade de apoio do Conselho Estadual do Trabalho, responsável pela sistematização das informações que permitem ao CET/AL estabelecer as normas, diretrizes e programas de trabalho.

Art. 12º - Compete a Secretaria Executiva:

- a) encaminhar aos membros do Conselho Estadual do Trabalho relatório semestral de acompanhamento das atividades do Programa SINE, do Programa de Qualificação profissional - PEQ e do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER;
- b) preparar as pautas, secretariar e agendar as reuniões do CET e encaminhar aos Conselheiros os documentos necessários;
- c) expedir ato de convocação de conformidade com o que estabelece os artigos 8º e 9º e seus respectivos;
- d) encaminhar às entidades representativas do CET, cópias das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias.

### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º - As deliberações do Conselho Estadual do Trabalho, com relação às alterações deste Regimento Interno, deverão contar com a aprovação de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros.

Art. 14º - Os casos omissos e as dúvidas serão dirimidas pelo Plenário do Conselho Estadual do Trabalho de Alagoas.